



## **A participação nas rádios comunitárias de Teresina: o caso da Independência FM e da Verona FM<sup>1</sup>**

**Pollyanna Alves Carvalho<sup>2</sup>**

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

**Orlando Maurício de Carvalho Berti<sup>3</sup>**

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UMESP – Universidade Metodista de São Paulo

### **Resumo**

O trabalho trata sobre a participação das comunidades nas rádios comunitárias Independência FM e Verona FM, em Teresina, capital do Piauí. Mostra-se como ocorre a participação das comunidades nas duas emissoras; se afere níveis de participação; se reflete o papel e importância da participação nas rádios comunitárias das comunidades da capital do Piauí. Se tem uma pesquisa qualitativa, com estudo de casos múltiplos e estudo de emissão, com pesquisa-ação. Utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas e ênfase em pesquisa histórica e bibliográfica. Mostrando-se que apesar da participação ainda ser incipiente na comunicação comunitária radiofônica de Teresina, ela se torna diferencial midiático para comunidades historicamente excluídas da participação dos meios de comunicação social.

### **Palavras-chave**

Comunicação Comunitária; Rádio Comunitária; Participação; Independência FM; FM Verona.

### **Introdução**

O processo de participação é um direito da sociedade que deve ser estendido a todos como forma de democratização e descentralização do poder. Só dessa maneira é possível se chegar a uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos podem ajudar na construção desta, de forma a beneficiar a todos.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – VI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista formada pela UESPI – Universidade Estadual do Piauí (Teresina – PI) e pesquisadora em Comunicação Comunitária. E-mail: [pollycarvalho1@hotmail.com](mailto:pollycarvalho1@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professor, pesquisador e extensionista do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo – da UESPI – Universidade Estadual do Piauí (Teresina-PI). Doutorando em Comunicação Social pela UEMESP – Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo – SP) na área de Comunicação Comunitária e tecnologias atuais. Mestre em Comunicação Social pela UEMESP na área de Comunicação Comunitária. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – pela UFPI – Universidade Federal do Piauí (Teresina – PI). Atualmente pesquisa interfaces comunicacionais entre tecnologias atuais e fenômenos da comunicação alternativa, popular e comunitária. Bolsista da FAPEPI – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí. E-mail: [orlandoberti@yahoo.com.br](mailto:orlandoberti@yahoo.com.br)



O campo da comunicação é um dos locais onde a sociedade poderá exercer essa participação como forma de quebrar o monopólio que se formou neste espaço, onde um grupo seletivo e pequeno de pessoas detém o poder de comunicar, traduzindo apenas os interesses desta minoria. Nas palavras de Cicília Peruzzo (1998a, p.275-276):

no Brasil e em outros países da América Latina ela [participação] tem sido obstaculizada pelo Estado e por setores dominantes, que, por sua posição hegemônica ou pela imposição, acabam ganhando a cumplicidade da sociedade como um todo, embora haja resistência.

Nasce daí a necessidade da proliferação de meios comunitários e alternativos que possam dar voz a quem ficou na margem deste processo. Veículos como alto-falantes, jornais, revistas e rádios comunitárias poderão contribuir bastante com essa disseminação do poder de comunicar.

Dar-se-á aqui atenção especial à participação que acontece em rádios comunitárias. Ela deverá acontecer nos seus mais diversos níveis para tirar a comunidade da condição de receptora passiva na qual ela se encontra, diante dos meios de comunicação convencionais.

O presente artigo se propõe a estudar como se dá essa participação nas rádios comunitárias de Teresina. Para tanto, faz-se um recorte metodológico no qual são englobadas: as rádios Verona FM, localizada no bairro Parque Piauí, zona Sul de Teresina, e Independência FM, situada no bairro Buenos Aires, zona Norte da capital do Piauí. As rádios foram escolhidas por serem dois dos veículos comunitários mais antigos da capital com atuação ainda nos dias de hoje e, sobretudo, por apresentarem de forma mais contundente as características necessárias aos meios que se dizem comunitários. Além disso, quis-se contemplar como se dá o processo de participação em locais diferentes da capital, zona Norte e Sul, áreas bastante populosas e relativamente carentes de atenção pública.

## **1 – Rádios Comunitárias: conceitos e características**

Antes de falar sobre rádios comunitárias, faz-se necessária uma abordagem acerca do que seria comunicação comunitária. O conceito desse tipo de comunicação tem ligação com a idéia de comunidade, que, por sua vez, segundo Ferdinand Tönnies,



“é tudo o que é confiante, íntimo e que vive exclusivamente junto” (TONNIES *apud* PERUZZO, 2006, p.11). Diante disso, comunidade existe onde há laços fortes entre as pessoas, onde existem sentimentos, idéias e aspirações em comum.

A comunicação comunitária, como o nome já sugere, acontece dentro da comunidade com a participação desta. Os membros da comunidade não são apenas os principais destinatários das mensagens veiculadas por esses meios de comunicação, mas eles deverão ser, sobretudo, os principais produtores e elaboradores dela. Afinal, os meios comunitários têm como objetivo incluir a camada periférica da população no processo comunicativo, já que os meios convencionais não cumprem esse papel.

A comunicação comunitária deve ser entendida como:

o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível sócio-econômico e território) por meio dos quais os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formações do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local (DELIBRADOR; VIEIRA *apud* PERUZZO, 2006, p.09).

A comunicação comunitária tem como um de seus princípios aguçar a criticidade da comunidade acerca dos problemas que envolvem esta e o país como um todo, instigando seus membros a conhecerem os problemas, reclamarem destes e buscarem soluções. Estes meios devem buscar a conscientização desta parcela da população subalterna. Raquel Paiva (2007, p. 137-145) cita oito características que devem estar presentes na comunicação comunitária:

1. Ela constitui uma força contra-hegemônica no campo comunicacional;
2. Atua na direção de uma estrutura polifônica;
3. Produz novas formas de linguagens;
4. Capacita-se para interferir no sistema produtivo;
5. Gera uma estrutura mais integrada entre consumidores e produtores de mensagens;
6. Atua com o propósito primeiro da educação;
7. Pode engendrar novas pesquisas tecnológicas e 8. é vista como lugar propiciador de novas formas de reflexão sobre a comunicação (PAIVA, 2007, p 137-145).

A rádio comunitária é um dos meios utilizados para a prática da comunicação comunitária. Este é um veículo bastante eficaz, já que pode chegar a todos os membros da sociedade de forma rápida. Neste tipo de comunicação dificilmente haverá exclusão, já que para se ter acesso é necessário apenas um aparelho de rádio que até mesmo



pessoas de baixo poder aquisitivo podem adquirir, devido ao seu baixo valor. Além disso, a comunidade poderá estar em contato direto com produção da programação.

No Brasil, essas rádios se originaram das experiências das rádios populares, que funcionavam por meio de alto-falantes. Esses tiveram origem nas primeiras décadas do século XX, e, segundo Daniel Solon (2009, p. 02-07), sofreram um enfraquecimento a partir da década de 1950 e ganharam força novamente na década de 1980. Depois disso, foram sofrendo declínio e dando origem às rádios comunitárias FM.

As primeiras rádios não-comerciais, segundo Cicília Peruzzo (1998b, p.03), começaram a surgir no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, em estados como Espírito Santo e São Paulo. Elas surgiram em um contexto em que a palavra e o poder de comunicar estavam concentrados nas mãos de poucas pessoas, os donos dos meios de comunicação de massa. As rádios comunitárias chegam com um caráter reivindicatório e se propondo a quebrar essa concentração e dá voz à população marginalizada. É uma luta pela liberdade de expressão, em um país que vivia a transição da ditadura militar para uma era mais democrática.

As rádios comunitárias, segundo o sítio do Ministério das Comunicações<sup>4</sup>, são veículos que operam em Frequência Modulada e de baixo alcance, limitado a um quilômetro em torno de sua antena transmissora. Ela funciona com potência de no máximo 25Watts. Seu objetivo é oferecer um espaço onde a população possa reclamar de problemas da comunidade, expressar suas idéias e, sobretudo, oferecer informação, e uma programação educativa. Tudo isso atendendo especificamente à comunidade na qual está inserida.

Para Orlando Berti (2009), trazendo uma visão nacional e reflexiva, a rádio comunitária

é um tipo de emissora radiofônica que tem [ou deve ter] uma visão mais comunitária e que está ligada mais às comunidades [territoriais ou de pertencimento], tendo possibilidade de maior representação e mais ligação social, além de ser mais voltada para as comunidades em que estão inseridas, justamente por conta de seus históricos, suas possibilidades de interação e de vivência mais coletivista (BERTI, 2009, p.03).

Esses veículos de comunicação são grandes aliados da população marginalizada pelos grandes meios de comunicação, concentrados nas mãos dos poucos empresários da mídia.

---

<sup>4</sup> <http://www.mc.gov.br>



Como bem caracterizou Cicília Peruzzo (1998a, p.10), uma rádio comunitária não tem fins lucrativos; busca a participação direta da população tanto na produção como até mesmo na transmissão dos seus próprios programas; é produto da comunidade e a programação deve ter vínculo com o local; tem compromisso com a educação; visa a democratização do poder de comunicar e tem como objetivo valorizar e incentivar a produção cultural local. Segundo o sítio do Ministério das Comunicações<sup>5</sup>, a programação de uma rádio comunitária

deve conter informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais. Deve respeitar sempre os valores éticos e sociais da pessoa e da família e dar oportunidade à manifestação das diferentes opiniões sobre o mesmo assunto.

Na visão de Denise Cogo (1998) rádios comunitárias são um tipo de veículo que “fala dos interesses do povo; deve comunicar a vida do povo; mobilizar as comunidades para ações comunitárias; entreter o povo e promover valores artísticos e culturais do povo” (COGO, 1998, p.105).

## **2 – Participação Comunitária**

O significado da palavra participação gira em torno da expressão “fazer parte”, significa estar inserido, poder opinar, reivindicar, interagir. O direito de participar está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, no seu artigo 27, diz que todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

De acordo com Elenaldo Teixeira:

Independentemente das formas de que se pode revestir, a participação significa ‘fazer parte’, ‘tomar parte’, ‘ser parte’ de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir ‘a parte’ implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder (TEIXEIRA, 2001, p. 27).

---

<sup>5</sup> Idem.



Para Juan Dias Bordenave (1987, p.16) a participação é

o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda a valorização de si mesmo pelos outros.

Ainda de acordo com Juan Bordenave (1987, p. 68), a participação necessita da comunicação para que possa acontecer e aqui estudaremos a participação popular dentro da comunicação comunitária, mais especificamente, nas RadCom, já que um dos princípios desses veículos é possibilitar a participação da comunidade em sua grade de programas, originando uma programação interativa, em que a população sinta-se como emissor e não apenas como um receptor passivo de mensagens.

A participação da comunidade, em seus diversos níveis, é uma das diferenças da rádio comunitária para a rádio convencional. Essa possui um dono e um pequeno grupo de pessoas que pensam a programação, não incluindo aí a comunidade. Já as rádios comunitárias, além de não possuírem um dono, contam com uma programação pensada e elaborada pela comunidade, em benefício dessa.

A participação é uma idéia forte que está contida na mesma base da comunicação popular, que gera rupturas – certamente as mais importantes – como sistema dominante, eminentemente repressivo e castrador, ainda no caso das democracias formais que dificilmente contemplam de forma efetiva as necessidades e aspirações participativas dos setores mais desprovidos. Na comunicação popular, esses setores geralmente marginalizados da sociedade se auto-reconhecem como protagonistas, descobrem suas capacidades e aptidões e desenvolvem outras potencialidades (URANGA, 1989, p.125).

Existem diversas formas de participação na programação de uma rádio comunitária, desde as mais elementares em que a população participa por meio de telefonemas e cartas para pedir músicas ou mandar recados, até as formas mais efetivas, através das quais os membros da comunidade participam de todos os processos da elaboração da programação da rádio e até na gestão dessa.

A participação não pode ser traduzida como um simples gesto de observação em que a população se sente alheia ao que ocorre a sua volta.

Após as abordagens sobre participação mencionadas até agora é necessário que se exponham os níveis de participação elencados por Cícilia Peruzzo (1998a, p. 144-



145), com base nas definições de Merino Utreras, expostas em Belgrado (Sérvia), no ano de 1977, e no seminário sobre comunicação participativa do Ciespal/Unesco, em 1978. O nível mais elementar de participação seria a participação nas mensagens, em que não há um maior envolvimento da população. Ela participa apenas com sugestões, pedidos de músicas, depoimentos, denúncias, avisos e participação em concursos realizados pela rádio. Outro nível seria o da participação na produção de mensagens, materiais e programas, que as pessoas se envolvem com a produção de notícias, artigos, poesia e desenhos a serem veiculados no meio de comunicação. O terceiro nível seria o do planejamento dos meios em que há a participação no “estabelecimento da política editorial, dos objetivos e da formatação de programas e veículos”, assim como dos princípios de gestão e das formas de sustentação financeira, além de planos ou políticas globais de comunicação em âmbito local, regional e nacional” (PERUZZO, 1998a, p.145). O último nível de participação é o da gestão dos meios, que acontece quando a comunidade se faz presente no processo administrativo e do controle do meio de comunicação.

Mas para que haja uma participação da comunidade no processo de comunicação, segundo Cicília Peruzzo (1998a, p. 276), tem que haver não apenas incentivo, mas há também a necessidade da criação de canais e mecanismos que facilitem essa participação.

Participação é um termo indissociável de qualquer rádio comunitária. Para que seja da comunidade, esta precisa estar inserida e ajudar a realizar a programação destes veículos, seja por meio de telefonemas para solicitação das músicas a serem veiculadas em determinado horário, por meio da elaboração da programação ou até mesmo na manutenção financeira.

### **3 – Participação comunitária nas rádios Verona FM e Independência FM**

#### **3.1 – Verona FM**

De acordo com o que foi observado na Rádio Verona FM, constatou-se que é possível perceber na programação da emissora, em maior ou menor proporção, três dos quatro níveis de participação apresentados por Cicília Peruzzo (1998a, p. 144-145, com re-elaboração com base em Merino Utreras): participação nas mensagens, na produção de mensagens, materiais e programas e planejamento dos meios.



O nível mais elementar, segundo Cicília Peruzzo (1998a, p.144), é a participação nas mensagens, que podem acontecer por meio de entrevistas, denúncias, depoimentos, sugestões, pedidos de músicas, entre outras. No caso da Verona FM, prevalece a participação para solicitações de veiculação de músicas. Isso acontece em praticamente toda a grade de programação da rádio. Desde o programa infantil “Alô criança, puxa a prosa” até os programas musicais como “Zona Livre”, “Corações a Mil” e “Tarde Livre”, passando pelos religiosos “Vem, segue-me” e “Canção para meu Deus”. Os únicos programas que não recebem ligações para solicitação de músicas são os que não contam com um comunicador, salvo algumas exceções.

Este nível, segundo Peruzzo (1998a, p.144), “é aquele em que as pessoas se envolvem, tão-somente e ocasionalmente, nas mensagens divulgadas, sem interferir diretamente nos demais processos”. Seria de certa forma uma participação superficial, que não se aprofunda em questões como gestão e produção de programas. Nesse tipo de participação, a comunidade se mantém distante dos processos comunicativos.

Outra forma de participação que também caracteriza o nível elementar é o envio de sugestões. Apesar de acontecer raramente, essa foi uma das formas de participação observada durante a programação da Verona FM, durante as visitas feitas à rádio. Ela foi percebida nos programas “Corações a Mil” e “Canção para meu Deus”. No primeiro caso, como já foi dito em capítulos anteriores, um ouvinte sugeriu que o comunicador do programa parasse de ler as poesias recitadas por ele todos os dias no programa. Já no segundo caso, foi sugerida à comunicadora que fica à frente do “Canção para Meu Deus” que houvesse a participação no programa de pessoas ligadas à igreja, para discutirem as leituras bíblicas.

Outra forma de participação que caracteriza este nível participativo é a solicitação de veiculação de avisos da comunidade. Esse tipo de participação geralmente acontece na rádio Verona FM. No dia 26 de março, por exemplo, foi noticiada na rádio a comemoração ao Dia Mundial da Saúde, que seria realizada no dia 07 de abril na Paróquia Menino Jesus de Praga, na comunidade Saci, zona Sul de Teresina.

Este mesmo nível de participação é observado também no programa “Juventude em ação”, que vai ao ar todos os domingos. Durante o programa, um dos comunicadores se desloca a alguma das paróquias da zona Sul de Teresina. Durante sua permanência no local, são discutidos temas com os jovens da paróquia. O comunicador inicia a discussão e os participantes expressam sua opinião sobre o assunto. Neste caso há a participação ao vivo da comunidade com depoimentos sobre determinado assunto. Esta





participação por meio de depoimentos, de acordo com Cicília Peruzzo, caracteriza o primeiro nível de participação.

O outro nível observado, neste programa, é o da produção de mensagens, materiais e programas. O que “compreende a participação mediante a aplicação da capacidade pessoal e da qualificação técnica [...] na preparação, elaboração e edição de materiais impressos e programas de rádio e de televisão [...]” (PERUZZO, 1998a, p. 145). O “Juventude em Ação” é um programa que passou a integrar recentemente a grade de programação da rádio. Ele foi preparado e elaborado por Francisco de Assis Alves Ferreira, da comunidade Promorar e Antônio Luís da Silva Júnior, da comunidade Santo Antônio, ambas localizadas na zona Sul de Teresina, caracterizando assim a participação de membros das comunidades assistidas na produção de programas.

A grade de programas da Verona FM é pensada geralmente por um grupo de quatro pessoas, todas residentes em comunidades assistidas pela rádio, localizadas na zona Sul de Teresina, como Promorar e Parque Piauí. Além disso, também são aceitas sugestões dos demais comunicadores da rádio, que tem a liberdade de criar programas. Esses são apresentados ao grupo que pensa a programação da rádio e depois de ser analisado é aprovado ou não.

Parte deste grupo de comunicadores define a política editorial da rádio, que prega o apartidarismo e o enfoque nos assuntos de interesse das comunidades da zona Sul de Teresina. Está presente aí o terceiro nível de participação, segundo o qual a comunidade participa por meio do “estabelecimento da política editorial, dos objetivos e da formatação de programas e veículos, assim como dos princípios de gestão e das formas de sustentação financeira, além de planos ou políticas globais de comunicação em âmbito local, regional e nacional” (PERUZZO, 1998a, p.145).

No que se refere à sustentação financeira da rádio, pode-se dizer que essa é feita basicamente pelos sócios da Verona FM, que são pessoas das comunidades da zona Sul, que doam mensalmente certas quantias em dinheiro, outra forma de participação que caracteriza o terceiro nível participativo apresentado. Neste caso, de acordo com Cicília Peruzzo (1998a, p. 144), a comunidade “toma parte tanto na definição de políticas, objetivos, princípios de gestão, planos, atividades e financiamentos quanto na formulação de projetos nacionais, regionais e locais”.

O último nível que Cicília Peruzzo (1998a, p. 144) cita é o da gestão dos meios, “em que a comunidade tem acesso às decisões relativas à programação (conteúdo, duração, seleção de horários), bem como ao controle, à administração e ao



financiamento da organização comunicacional”. A Verona FM não apresenta esse tipo de participação, já que a rádio é gerida pela Fundação Viver com Dignidade, apesar de membros das comunidades da zona Sul também comporem o quadro da diretoria da fundação.

### **3.2 – Independência FM**

A participação de membros da comunidade na programação da rádio Independência FM está comprometida, em todos os seus níveis. A rádio fica fechada a maior parte do tempo e, com isso, comunidade fica impedida de participar de forma efetiva e periódica, não podendo ter acesso às instalações da RadCom e nem mesmo podem fazer ligação telefônica em todos os horários, forma de participação observada com maior frequência na Independência FM.

No nível participativo mais elementar, quando a comunidade participa nas mensagens veiculadas pela rádio, com ligações telefônicas, entrevistas, avisos e denúncias, dentre outras, a participação fica prejudicada por conta da ausência de um comunicador, que deveria permanecer na sede do veículo para receber e veicular esse tipo de mensagem.

No entanto, as pessoas envolvidas com a Independência FM, a exemplo da maioria das RadCom, são pessoas que trabalham de forma assalariada e não podem se dedicar exclusivamente ao veículo. Essas pessoas apenas prestam trabalho voluntário à rádio nas suas horas vagas. Nas palavras de Lilia Bahia (2006, p.118):

em sua grande maioria constituídas por comunidades que dispõem de poucos recursos financeiros, humanos, técnicos e materiais (a minoria é criada por órgão e entidades que lhes garantem médio nível de infra-estrutura), estas rádios são geralmente instaladas em minúsculos cômodos cedidos pela comunidade, quando não ocupam um pequeno espaço numa casa de família da vila. De uma forma geral, tais emissoras sobrevivem do voluntariado da própria comunidade, pessoas que cedem horas diárias no revezamento do microfone e na mesa de som, após terminarem suas rotinas de trabalho assalariado. Em alguns casos, um ou outro apresentador recebem um percentual do apoio cultural que divulgam em seus programas.

Contudo, apesar de se dá em menor proporção, em relação a rádios como a Verona FM, por exemplo, que conta com vários membros da comunidade



desempenhando as mais diversas funções dentro do veículo, bem como com comunicadores em praticamente todos os programas veiculados na rádio, a participação da comunidade também é verificada na Independência FM. E a exemplo de outras rádios, a forma de participação mais utilizada é aquela que se dá por meio de ligações telefônicas. Esse é o nível que acontece de forma mais eficaz. Em programas como o “Pagodeando com a Independência” e “Reggae Play”, por exemplo, que contam com um comunicador, esse tipo de participação é bastante intensa.

O envolvimento da comunidade na produção de mensagem, materiais e programas, que caracteriza o segundo nível apresentado por Cicília Peruzzo (1998a, p.144-145), também é observado na Independência FM. Embora não haja uma participação maciça da comunidade neste caso, todas as pessoas que integram o quadro de produtores da rádio são de comunidades assistidas pela RadCom, na zona Norte de Teresina, onde o veículo está localizado. As pessoas que participam da rádio são de bairros como Mocambinho, Buenos Aires, Água Mineral e Vila São Francisco, todos da zona Norte. Essas são as responsáveis pela elaboração de praticamente todos os programas, que hoje formam a grade de programação da Independência FM.

Mesmo os programas que não foram pensados por esses produtores, também foram pensados por pessoas das comunidades da zona Norte. “Comunidades no ar”, “Domingão da Independência”, “Painel Educativo” e “Tempo de Educar” são programas tidos como os principais da rádio e estão no ar desde a criação da Independência FM. Eles foram pensados por pessoas das comunidades assistidas.

A política editorial da Independência FM é decidida principalmente pela diretoria do veículo, com a ajuda das demais pessoas da comunidade que participam da rádio. A RadCom não possui um dono e, apesar das dificuldades financeiras, ele tenta refletir a comunidade na qual está inserido, mesmo não contando com uma participação maciça desta na sua programação.

O veículo não tem vínculo com políticos. Segundo a presidente da Associação de Radiodifusão Comunitária Independência, Regina Lúcia Pereira dos Santos<sup>6</sup>, essa seria a saída para as dificuldades financeiras da rádio, mas é uma possibilidade que não é cogitada. A Independência FM é mantida financeiramente pelas sete pessoas das comunidades da zona Norte, que hoje participam do veículo, e pelos apoios culturais de estabelecimentos comerciais, localizados na região em que a rádio está inserida.

---

<sup>6</sup> Regina Lúcia Pereira Santos, comunicadora popular. Entrevista concedida a Pollyanna Carvalho em 05 de junho de 2010.



Essa participação da comunidade, tanto na definição da política editorial como da forma de sustentação financeira, caracteriza o terceiro nível apresentado por Cícilia Peruzzo (1998a, p.145).

Na rádio Independência FM também é percebido o quarto nível de participação. O veículo foi criado por membros da comunidade Buenos Aires, Ciro José Braga e Gerson Mariano Bezerra e desde sua criação, ela é administrada por pessoas das comunidades da zona Norte. Hoje, estão à frente da administração do veículo Maria Alice Viana da Silva e Regina Lúcia Pereira dos Santos, moradoras da comunidade Buenos Aires, em parceria com os demais cinco envolvidos com a Independência FM, que também residem na zona Norte de Teresina.

De acordo com Cícilia Peruzzo (1998a, p. 145), o quarto nível, que é o envolvimento da comunidade na gestão dos meios, “compreende a participação no processo de administração e controle do veículo ou da instituição de comunicação como um todo, requerendo-se também aqui o exercício conjunto do poder”.

Com o que foi observado nas duas rádios, percebe-se que a participação no nível das mensagens é democrática e se estende uniformemente a todas as comunidades assistidas pelos veículos, chegando inclusive a ultrapassá-las. Já nos demais níveis, produção, gestão e planejamento, essa participação, embora esteja nas mãos de membros da comunidade, é comandada por um grupo pequeno de pessoas.

Para Cícilia Peruzzo, a explicação para a ausência de uma participação mais efetiva nos dias de hoje remonta ao nosso passado histórico, herança do período colonial.

Nas condições do Brasil e de outros países latino-americanos, onde os povos não têm a tradição nesse sentido, aliado isto à reprodução de valores autoritários, à falta de conscientização política e outros fatores, pretender alcançar um grau de participação mais elevado é algo de difícil concretização. Em nosso caso, desde o período colonial nos foi obstada ou até usurpada a possibilidade de avançar nessa prática. Nossa tradição e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para o assumir ao controle e a co-responsabilidade na solução dos problemas (PERUZZO, 1998a, p.73-74).

No entanto, apesar de não haver uma participação e envolvimento maciços das comunidades assistidas, a participação dos sete membros que fazem a rádio é totalmente democrática, sendo estendido a todos eles o poder de participar nos quatro níveis expostos por Cícilia Peruzzo.



## Considerações

As rádios comunitárias são emissoras que surgiram com o objetivo de quebrar o monopólio da fala, implantado pelos meios de comunicação convencionais, onde só tem voz um pequeno grupo de pessoas. Neste processo, as comunidades ficam a margem, não tendo direito de emitir opiniões nos meios de comunicação.

Estas rádios devem estar totalmente voltadas para a comunidade na qual estão inseridas e para os problemas enfrentados por ela, buscando assim aguçar o senso crítico de cada morador. No entanto, para que haja um *feedback* entre os comunicadores e estas pessoas, é necessário que este meio seja democrático e aberto à participação. A comunidade deverá se envolver totalmente no processo de formação da rádio.

A participação comunitária, no entanto, não deve ser confundida apenas com os processos de troca de mensagens por vias telefônicas, como acontece na maioria dos veículos. Eles se dizem abertos à participação, no entanto, de forma concreta oferecem apenas um número de telefone para que as pessoas liguem e peçam músicas. Neste caso, a participação chega ao ápice quando o ouvinte faz reclamações ou dá sugestões ao comunicador, reclamando ou elogiando o programa.

Deixa-se de lado, portanto, a participação da comunidade nos processos de gestão, de produção e elaboração dentro destes veículos. Muitas vezes, os próprios comunicadores não tem conhecimento de que esse tipo de interação com a comunidade é necessária para legitimar o caráter comunitário da rádio. Em outros casos, diz-se que a participação é permitida, mas não se instiga e nem se mantém um canal aberto e desobstruído para que ela aconteça. Isso acaba distanciando a comunidade como um todo do processo comunicativo e deixando nas mãos de um pequeno grupo a tarefa de comunicar e tentar retratar os interesses comunitários.

No caso das rádios Independência FM e Verona FM, a participação nos seus níveis mais elevados se estende de forma restrita à comunidade. Tem acesso a ela o grupo de pessoas que faz a rádio, como os comunicadores e a direção. O restante da comunidade participa intensamente apenas por telefone, através do qual os participantes solicitam a veiculação de músicas e, raríssimas vezes, vão além disso. As demais formas de participação estão abertas, no entanto, não se prega a disseminação destas. Com isso, a comunidade como um todo pouco tem contato direto com a rádio e com os processos comunicativos.



Os veículos cumprem, portanto, de forma parcial com o dever de democratizar a comunicação e de ampliar os direitos de cidadania.

Essa pouca participação é observada principalmente no caso da rádio Independência FM, que conta com apenas sete membros da comunidade, participantes ativos nos processos comunicativos da rádio. A participação, em grande número, dos membros da comunidade acontece apenas por meio de ligações telefônicas.

No caso específico da Verona FM, apesar de haver uma divisão de funções, com um grupo voltado para pensar a programação do veículo e outro para comunicar, há uma democracia no que se refere à produção de programas entre os membros que fazem a rádio, apesar de eles estarem em número bastante reduzido, se comparado à quantidade de pessoas que habitam as comunidades assistidas pela emissora. Os comunicadores também podem sugerir formatos e programas que podem ir ao ar, após ser discutido em reunião com os demais membros da rádio.

Este trabalho não esgota o tema participação nem tão pouco rádio comunitária, deixando em aberto várias reflexões sobre o assunto, podendo possibilitar diversas pesquisas na área, tanto no campo da recepção, quanto no das próprias RadCom's.

## Referências

BAHIA, L. C. M. **Rádios comunitárias**. IN: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; SATLER, Luciano (orgs.). *Mídia cidadã – utopia brasileira*. São Bernardo do Campo: Metodista, 2006.

BERTI, O. M. C. **As rádios comunitárias do interior do Brasil e suas novas demandas regionais**. São Bernardo do Campo: CD-Rom dos Anais do XIV REGIOCOM – Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2009.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COGO, D. M. **No ar...uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

FERREIRA, G. S. N. **Rádios Comunitárias e Poder Local**: perfil das Rádios Comunitárias legalizadas da região noroeste do Estado de São Paulo. Brasília: CD-Rom dos Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006.

MACHADO, A. et al. **Rádios livres – a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1987.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **O que é Rádio Comunitária.** Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/o-que-e>>. Acesso em: 10 de fev. 2010.

PAIVA, R. **Para reinterpretar a Comunicação Comunitária.** IN: PAIVA, Raquel (org.). O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PAIVA, R; SODRÉ, M. **O seqüestro da fala comunitária.** Rio de Janeiro: ECO-PÓS, 2003.

PERUZZO, C. M. K.. **Comunicação nos Movimentos Populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil.** BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. 1998b. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 11 de fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Revisitando os conceitos de Comunicação Alternativa, Popular e Comunitária.** Brasília: CD-Rom dos Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006.

SOLON, D. V. et al. **Alto-falantes em Teresina:** de alternativa de Comunicação à Comunicação Alternativa. Teresina: CD-Rom dos Anais do XI Congresso de Ciências da Comunicação na região Nordeste, 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O Local e o Global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo/Recife/Salvador: Cortez/EQUIP/UFBA, 2001.

URANGA, W. **Utopia e realidade na comunicação popular.** IN: MARQUES DE MELO, José (org.). Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise. Campinas: Papirus, 1989.